

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA n. °20260032

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros de panificação, para compor a merenda escolar do ano letivo de 2026, em atendimento as modalidades: Pré - Escola, Fundamental, Ensino Médio, Eja, AEE e Creche. De acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico n° **004.2026/SRP** e seus Anexos, oriundo do Processo Licitatório n° **009.2026-000004**.

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, O **Fundo Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ sob o n.º **18.266.416/0001-11**, com sede na Avenida Rio Maria, n°241, Centro, CEP: 68.530-000, Rio Maria-PA, representado neste ato pelo Sr. **Adjair Ribeiro da Silva**, nomeado pelo decreto municipal n° 003 de 01 de janeiro de 2025, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 01, n° 460, Bairro Centro, CEP: 68.530-000 em Rio Maria-PA, portador do CPF sob o n.º 470.571.811-91, nos termos do art. 95 da Lei n° 14.133/21, **AUTORIZA** o fornecimento, de acordo com a Ata de Registro de Preços, na qual a empresa **C LEITE RIBEIRO LTDA**, devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o **CNPJ n° 39.777.444/0001-73**, com sede na Avenida 06, n° 598, Centro, Rio Maria – PA, CEP: 68.530-000, e-mail: evaldoresende.jr@hotmail.com, telefone: (94) 99159-8464, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Cleone Leite Ribeiro, portador da Carteira de Identidade n° 6538016 SSP/GO e do **CPF n° 963.596.252-53**.

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO: Anexo a Ata de Registro de Preços n. °20260032.

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Compra, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de execução, prazo de execução, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico n° **004.2026/SRP** e seus anexos.

As aquisições serão feitas de forma fracionada, conforme a necessidade e deverá fornecer os produtos nas quantidades discriminadas em Ordem de Fornecimento, conforme as especificações contidas na Ata de Registro de Preços.

De acordo: C LEITE RIBEIRO LTDA

Declaro para os devidos fins que recebi uma cópia a autorização de compra emitida em favor de minha empresa respectivamente em 20/03/2026, decorrente da adjudicação e homologação do resultado do Pregão Eletrônico n° 004.2026/SRP, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Rio Maria/PA em 20 de março de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO MARIA-PA
Contratante

C LEITE RIBEIRO LTDA
C.N.P.J. n° 39.777.444/0001-73
Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20260032
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004.2026-SRP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009.2026-000004

No dia 20 de março de 2026, O **Fundo Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ sob o n.º **18.266.416/0001-11**, com sede na Avenida Rio Maria, n.º241, Centro, CEP: 68.530-000, Rio Maria-PA, representado neste ato pelo Sr. **Adjair Ribeiro da Silva**, nomeado pelo decreto municipal n.º 003 de 01 de janeiro de 2025, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 01, n.º 460, Bairro Centro, CEP: 68.530-000 em Rio Maria-PA, portador do CPF sob o n.º 470.571.811-91, em conformidade com o disposto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal n.º 11.462/2023 e demais normas aplicáveis, **RESOLVE** registrar os preços ofertados pela beneficiária da Ata, sendo a empresa **C LEITE RIBEIRO LTDA**, devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o **CNPJ n.º. 39.777.444/0001-73**, com sede na Avenida 06, n.º 598, Centro, Rio Maria – PA, CEP: 68.530-000, e-mail: evaldoresende.jr@hotmail.com, telefone: (94) 99159-8464, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Cleone Leite Ribeiro**, portador da Carteira de Identidade n.º 6538016 SSP/GO e do **CPF n.º 963.596.252-53**.

O registro de preços segue a classificação alcançada pela empresa e as quantidades registradas, atendendo às condições previstas no Edital e anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na **Lei n.º 14.133/21**, no **Decreto Federal n.º 11.462/2023**, bem como às demais normas legais aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros de panificação, para compor a merenda escolar do ano letivo de 2026, em atendimento as modalidades: Pré – Escola, Fundamental, Ensino Médio, Eja, AEE e Creche.

Os preços registrados e as quantidades máximas a serem contratados por meio de contratos ou instrumentos equivalentes derivados desta Ata de Registro de Preços, previstos na legislação vigente, são os que seguem:

C LEITE RIBEIRO LTDA | Tipo: DEMAIS - LC123: Não - Documento 39.777.444/0001-73 - Endereço: AV 06 - CEP: 68530000 - UF: PA - Município: Rio Maria - Telefone: (94) 3428-1390

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	BOLO DE CHOCOLATE SEM COBERTURA ESPECIFICAÇÃO: BOLO SIMPLES, REDONDO, À BASE DE FARINHA DE TRIGO, OVOS, FERMENTO, MARGARINA, AÇÚCAR E LEITE, SABOR CHOCOLATE. SEM RECHEIO, PESO MÍNIMO DE 400G	BOLO DE CHOCOLATE SEM COBERTURA	N/C	24.800 UN	R\$ 13,80	R\$ 342.240,00
0002	BOLO COMUM DE TRIGO SEM COBERTURA ESPECIFICAÇÃO: CONTENDO 400G	BOLO COMUM DE TRIGO SEM COBERTURA	N/C	24.550 UND	R\$ 13,50	R\$ 331.425,00
0003	BOLO FORMIGUEIRO ESPECIFICAÇÃO: CONTENDO 400G	BOLO FORMIGUEIRO	N/C	23.700 UND	R\$ 13,20	R\$ 312.840,00

0004	BOLO DE MILHO ESPECIFICAÇÃO: BOLO SIMPLES, REDONDO, À BASE DE FLOCÃO DE MILHO, OVOS, MILHO, FERMENTO, ÓLEO, AÇÚCAR E LEITE, SEM RECHEIO. PESO MÍNIMO DE 400G.	BOLO DE MILHO	N/C	13.900 UN	R\$ 13,70	R\$ 190.430,00
0005	BOLO DE CENOURA ESPECIFICAÇÃO: BOLO SIMPLES, REDONDO, À BASE DE FARINHA DE TRIGO, OVOS, FERMENTO, MARGARINA, AÇÚCAR E LEITE. SABOR CENOURA E COM COBERTURA DE CHOCOLATE E GRANULADO, SEM RECHEIO, PESO MÍNIMO DE 400G.	BOLO DE CENOURA	N/C	19.650 UN	R\$ 13,25	R\$ 260.362,50
0006	PÃO FRANCES ESPECIFICAÇÃO: PÃO, TIPO FRANCÊS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUZIDO NO DIA DA ENTREGA, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, SAL E FERMENTO BIOLÓGICO, FRESCO, PRONTO E APROPRIADO PARA CONSUMO. PESO MÍNIMO DE 50 GRAMAS CADA.	PÃO FRANCES	MIL SABORES	28.050 UN	R\$ 1,20	R\$ 33.660,00
0007	PÃO DE QUEIJO ESPECIFICAÇÃO: PÃO EM FORMA DE BOLINHO, FEITO COM MASSA DE POLVILHO, QUEIJO, OVOS, LEITE, DE PESO MÍNIMO DE 50G, FRESCO, PRONTO E APROPRIADO PARA CONSUMO NO DIA DO RECEBIMENTO.	PÃO DE QUEIJO	MIL SABORES	26.750 UN	R\$ 1,95	R\$ 52.162,50
0008	ROSCA DE QUEIJO 50 GRAMAS	ROSCA DE QUEIJO 50 GRAMAS	MIL SABORES	32.750 UN	R\$ 1,77	R\$ 57.967,50
0009	PÃO DE HOT DOG 50G ESPECIFICAÇÃO: A BASE DE FARINHA DE TRIGO (ENRIQUECIDA COM FERRO, CÁLCIO E VITAMINA COMPLEXO B), MASSA DE AIPIM, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROLISADA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, ÓLEO DE SOJA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL PER CAPITA.	PÃO DE HOT DOG 50G	MIL SABORES	28.000 UN	R\$ 1,43	R\$ 40.040,00
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 1.621.127,50	

Valor Total: R\$ 1.621.127,50

Essas quantidades são as estimativas máximas das necessidades e/ou possibilidades anuais dos produtos objeto desta Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação do órgão gerenciador, na contratação da totalidade dos itens e nem das quantidades indicadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo primeiro: os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021.
- c) Prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

Parágrafo segundo: caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Parágrafo terceiro: as aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 1º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Parágrafo quarto: o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 1º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Parágrafo quinto: ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Parágrafo sexto: após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Prazo de entrega de **FORMA IMEDIATA**, contados da “da ordem de compra”. (obedecendo sempre os dias e datas que constaram no planejamento mensal enviado pelo DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - DEMA),

Parágrafo único: A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas no Edital em conformidade com os artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos produtos acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo primeiro: o pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, por meio de ordem bancária, o qual ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo segundo: será procedida consulta "**em sítios oficiais**" antes do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo terceiro: caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo quarto: nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM= Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = **6%**

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} _ I = \frac{(6/100)}{365} _ I = 0,00016438$$

A **compensação** financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº004.2026/SRP, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - multa moratória de **1%** (um por cento) sobre o valor dos produtos não entregues por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 30 dias de atraso a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

III - multa compensatória de **30%** (trinta por cento) sobre o valor do material não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo, de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

Parágrafo primeiro: ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **3 (três)** anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo segundo: as sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

Parágrafo terceiro: se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto: as penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas na Seção V da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo primeiro: o preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo segundo: quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo terceiro: frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo quarto: na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo quinto: quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sexto: não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no Anexo I do Termo de Referência, de acordo com o cronograma disponibilizado pelas Secretarias demandantes;

A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá disponibilizar os itens da melhor forma a atender às necessidades do Município;

Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

· **A pedido, quando:**

- comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

· **Por iniciativa da Administração, quando:**

- Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- Por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
- Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

· **Automaticamente:**

- Por decurso de prazo de vigência da Ata;
- Quando não restarem fornecedores registrados;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS ITENS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

O objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela contratante.

Parágrafo Único: A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

Parágrafo Único: Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

A empresa fornecedora compromete-se a cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE, além das constantes no edital e do Contrato:

Parágrafo Primeiro: Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a efetiva entrega dos itens e emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

Parágrafo Segundo: Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do fiscal especialmente designado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **004.2026/SRP** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de RIO MARIA-PA, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rio Maria - Pará, em 20 de março de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO MARIA-PA
ÓRGÃO GERENCIADOR

C LEITE RIBEIRO LTDA
C.N.P.J. nº 39.777.444/0001-73
BENEFICIÁRIA